



Entre a racionalidade técnica e o direito à cidade: caminhando em trilhas tortuosas

Rafael Orsi¹

RESUMO

O espaço urbano, marcado por um histórico processo de produção desigual, materializa-se em cidades cindidas socialmente, fragmentadas em sua estrutura, ambientalmente insustentáveis e que proporcionam uma qualidade de vida muito aquém do que poderiam. Se, por um lado, são notórios os problemas urbanos, com consequente redução do direito à cidade, por outro lado vemos a cidade se tornar cada vez mais complexa e a tecno-ciência se expandindo, ganhando capilaridade e adentrado nas ações mais simples da vida urbana. Considerando estes dois elementos chaves para o debate sobre a vida urbana, busca-se com este artigo estabelecer reflexões em torno do inexorável avanço técnico nas cidades e suas relações com o direito à cidade. A partir de referenciais bibliográficos que permitem articular os dois temas propostos, considera-se que o avanço tecnológico, em que pese o controle que pode estabelecer sobre o cotidiano nas cidades, guarda a potencialidade de se tornar importante ferramenta para ações que fortaleçam o direito à cidade.

Palavras-Chave: Direito à Cidade, Racionalidade Técnica, Planejamento Urbano, Espaço Urbano.

Recebido em 29/04/2017

Aceito para publicação em 24/07/2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.25067/s.v1i21.16772>

Introdução

Nesta primeira década do terceiro milênio a população brasileira chegou a cerca de 200 milhões de pessoas dividida desigualmente entre seus 5570 municípios. Para além da desigualdade regional, basta uma olhada rápida pela distribuição populacional do país para se constatar que a maior parcela da população está concentrada na região sudeste, com cerca de 42% de toda a população, e deixando grandes vazios nas regiões norte e centro-oeste, respectivamente 8,3% e 7,4% . Tal desequilíbrio é ainda maior entre a cidade e

¹ Mestre e Doutor em Geografia pela UNESP/Rio Claro. Professor Assistente Doutor na UNESP/Araraquara. E-mail para contato: r.orsi@fclar.unesp.br.

o campo, sendo que, aproximadamente 85% das pessoas moram nas cidades e, se considerarmos apenas as duas maiores regiões metropolitanas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, encontram-se 16,5% da população total do país. São aproximadamente 31,5 milhões de pessoas vivendo na maior concentração urbana do Brasil e da América do Sul.

Estes dados mostram um Brasil que há cerca de meio século fez sua transição de rural para urbano e rapidamente inchou suas cidades. Se em 1950 a população urbana era de 36,16%, vinte anos depois passamos a 55,92%, atingindo 75,59% em 1991 e chegando a 84,36% em 2010. Neste processo acelerado, as cidades brasileiras se transformam de maneira profunda, as grandes e médias cidades se modernizaram e, ao mesmo tempo, viram diferentes problemas se multiplicar. Apesar da gravidade dos problemas, os esforços para modificar a ordem social, política e econômica das cidades foram pífios – e ainda são – sem resultados substantivos. Apesar dos importantes avanços da participação social e controle das políticas públicas, nossas cidades são reproduzidas sob uma lógica que ainda segrega, é violenta, concentra renda e não consegue atender necessidades e direitos básicos da população como a mobilidade/acessibilidade, moradia, saneamento básico, meio ambiente saudável, áreas públicas de lazer e convívio, segurança entre outros aspectos. Maricato (2011) chama a atenção para a urgência de se superar o “analfabetismo urbanístico” que impera em nossa sociedade. Faltam conhecimentos e compreensão em quase todas as dimensões da dinâmica das cidades: desde os mecanismos políticos e econômicos em sua produção até a estrutura física natural na qual ela está assentada – sítio urbano – passando pelos processos históricos e culturais em sua constituição, mesmo os mais elementares da própria vida cotidiana no bairro.

Esses aspectos colocam as cidades no centro de um importante debate: qual o seu futuro? Ou melhor, qual o futuro da sociedade urbana? Aqui não se fala do futuro cronológico que é garantido pelo encadear do tempo, mas em um futuro social e político entendido como um constructo coletivo que leva à produção e à reprodução da sociedade (urbana) e, certamente, tal reprodução deve se realizar em um patamar cujos avanços qualitativos possam promover maior qualidade de vida e bem-estar social. Neste sentido, ganhos substantivos são requeridos. Quando Sen (2000) discorre sobre o processo de desenvolvimento, coloca-se no centro do debate as liberdades substantivas e instrumentais as quais são capazes de promover avanços qualitativos na vida da população. É válido lembrar que as liberdades substantivas e instrumentais entendidas como: direito a participação política, liberdade de expressão, não ser

acometido por morbidade evitável, estar livre de mortes prematuras, entre outros aspectos elementares. Ao se pensar em um processo de desenvolvimento das cidades, é importante trazer para a discussão qual o papel das cidades no sentido de promover tais liberdades, ou seja, quais as condições de promoção de uma vida digna e que valha a pena ser vivida.

Tal movimento passa por uma transformação ampla das cidades em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e, claro, sua própria morfologia. As bases que comandam essas transformações dão os rumos das cidades, sem, ainda que queiram, apagar as tensões existentes em sua reprodução. Com a preocupação, ora mais próxima ora mais distante, com o meio ambiente, com o bem-estar e com a qualidade de vida da população, as técnicas ganham relevância em um projeto de cidade do “futuro” e futurista. Meio ambiente, mobilidade urbana, participação política da sociedade civil, tudo aparece mediado pela técnica, inclusive em uma perspectiva de futuro no qual os problemas e limitações atuais poderão ser superados por um novo invento e em um novo patamar de desenvolvimento técnico-científico. Aqui aparece todo um arsenal de novas tecnologias, procedimentos, materiais, todos seguidos de uma mudança de concepção sobre a própria cidade e sua produção. Obviamente, novos conceitos são requeridos e cunhados - as smart cities são um exemplo -, planos e projetos urbanos são alçados a partir da perspectiva tecnológica, entendendo que problemas socioeconômicos da atualidade, causados por dinâmicas e infraestruturas falhas nas cidades, poderão ser superados pelo avanço da tecnociência. Songdo na Coreia do Sul e Masdar nos Emirados Árabes Unidos são exemplos destes pensamentos e projetos. Sem negar a importância da técnica, é necessário olhar com cuidado para este otimismo e discutir a racionalidade instrumental de tais ações, para que se possa compreender as transformações no espaço e, de alguma forma, o futuro das cidades e da sociabilidade urbana. Dessa forma, neste artigo busca-se refletir sobre o rápido avanço técnico-científico nas cidades e sua articulação com o direito à cidade. Ponderando as potencialidades e as limitações dos avanços técnicos, relativiza-se o otimismo extremado a partir do confronto com a realidade apresentada pelas nossas cidades brasileiras.

A racionalidade técnica e a produção do espaço urbano

As cidades contemporâneas talvez se constituam na maior produção técnica desenvolvida na história. Sem presunção, tal apontamento deve-se a dois

elementos fundamentais: a escala e a complexidade das ações. Ambas calcadas em um profundo desenvolvimento técnico-científico.

As cidades se distribuem por todo o planeta, de maneira heterogênea e em diferentes gradações, porém já abrigando a maior parcela da população mundial. Neste espraiamento, encontra-se sua dimensão escalar contemporânea. Existe uma distribuição horizontal de suas estruturas que se articulam de forma hierarquizada e comandam o espaço global. Considerando todo o planeta, esta grande trama urbana possui ligações mais fracas ou mais fortes, formando uma imensa rede global em uma malha reticular de intenso fluxo de produtos, serviços, pessoas, informações, entre outros fluxos materiais e imateriais tanto daquilo que é desejável como do indesejável. Tudo em um movimento cada vez mais rápido proporcionado pelo avanço técnico-científico, chamado por Harvey (2009) de compressão tempo-espaço. Ainda em relação à escala, a aglomeração e a intensificação das atividades nas cidades, sobretudo nos grandes centros urbanos, ganha dimensões espantosas. As múltiplas redes que se cruzam, a densidade de pessoas e automóveis, a produção de bens, serviços, rejeitos, ideias, informações, enfim uma miríade que se retroalimenta. Todos esses fluxos pressupõem uma enorme gama de objetos técnicos, os quais funcionalizam as ações e tornam possível a reprodução das cidades.

Ao se considerar a escala, em suas duas dimensões – horizontal (expansão) e vertical (densidade) – defrontamo-nos com uma cidade que se complexifica. Pensando nas emergências destacadas por Morin (2005), a soma dessas partes mais do que aditivas são transformadoras e uma nova cidade se mostra desafiadora ao conhecimento, à compreensão, às políticas públicas e à práxis urbana. Vislumbra-se aqui a dimensão da complexidade das ações, manifesta nas cidades e sua capilarização e magnitude otimizadas pela tecnociência.

Como defende Santos (2008) cada um dos objetos técnicos criados “tendem a alcançar uma especialização máxima e a obter uma intencionalidade extrema” (p. 39). A intencionalidade dada ao objeto técnico é correspondente à funcionalidade almejada em sua criação e implantação. Ainda que não se concretize de forma plena em seus objetivos ou produza resultados não previstos e esperados, o que Ricouer apud Santos (2008) chama de autonomia da ação, a implantação de um objeto técnico impacta sobremaneira na dinâmica da sociedade. O advento do automóvel é um ótimo exemplo de como as relações sociais podem ser transformadas a partir de um objeto técnico, o qual muda nossas percepções de tempo e de espaço, imprimem uma nova forma de relação

com o meio e exige um planejamento voltado para sua funcionalidade. Na consolidação do automóvel particular como meio de transporte – sobretudo individual – todo um discurso é construído sobre a liberdade, a autonomia, o status social, poder, riqueza, tudo impelindo ao consumo do objeto desejado. No entanto, para funcionalidade do automóvel, tantos outros objetos técnicos são construídos e desenvolvidos. Largas avenidas, viadutos, estacionamentos verticais ou subterrâneos, sinalizações inteligentes, sistemas de monitoramento via satélite, chips e dispositivos que prometem colocar todos os automóveis em “diálogo”, ou seja, uma infinidade de tecnologias que visam tornar este objeto mais eficiente e racional. Neste exemplo, em que pese todos os ganhos trazidos pelos avanços técnico-científicos, sobretudo nas grandes cidades, basta um rápido olhar para se constatar que tais medidas não parecem ter logrado êxito até o momento no que tange a melhoria substantiva da mobilidade urbana.

É evidente que estas transformações modificam as relações sociais, políticas, econômicas e a produção do espaço das cidades de maneira profunda. Menos evidente, mas igualmente abissal, é o desequilíbrio na relação sujeito-objeto, na qual gradativamente o ser humano tem reduzida sua condição de sujeito e transforma-se em objeto das estruturas técnicas criadas por ele. Este movimento, o qual pode ser discutido a partir do autocrescimento e da autonomia da técnica, debatidos por Ellul, conforme Barrientos-Parra e Melo (2009), expõe a fragilidade e a alienação do ser humano diante do progresso técnico. Conforme os autores supracitados,

[...] o autocrescimento significa que a técnica progride não diríamos sem, mas, a despeito da intervenção humana. O homem é associado a ela sem perceber, na medida em que é previamente absorvido pelo sistema. Dessa forma, o homem é impotente para frear ou deter a progressão da técnica (p. 47).

A fragilidade e a alienação do homem se misturam. Ações, das mais elementares, tornam-se dependentes de arcabouços técnicos complexos, dos quais a maior parcela da população, não faz a menor ideia de seu funcionamento, salvo tecnólogos cuja formação volta-se para estas áreas. Pedir uma simples pizza pela internet e pagá-la com cartão de crédito, aciona múltiplos sistemas e redes nas quais a menor falha já é o suficiente para fazer perder o apetite.

Linguagens e expressões inacessíveis à compreensão da maioria das pessoas, mesmo para aquelas com bons níveis de formação acadêmica, criam tecnocosmos onipresentes que denotam a fragilidade e alienação relativos aos sistemas técnicos operantes na estrutura da sociedade. Se comprar uma simples pizza pode causar um transtorno, o que dizer dos “apagões” que teimam em atingir o território brasileiro, deixando no escuro milhões de pessoas e paralisando diferentes atividades, da celeuma causada pela paralisação temporária do aplicativo “whatts app” ainda que por pouca horas, dos drones que saem das obras de ficção científica e ganham os céus das cidades (e do campo), dos sistemas de monitoramentos dos fluxos (físicos) nas cidades e (virtuais) nas redes sociais e aplicativos na web, todas questões emergentes que tendem ao aprofundamento e expansão.

Se este é um dos aspectos da fragilidade e alienação, outro, talvez ainda mais sério, é apresentado ao se questionar todos os interesses envolvidos no desenvolvimento, implementação dos objetos técnicos e, sobretudo, a identificação dos atores diretamente ligados a tais sistemas. De fato, todo objeto técnico tem em sua concepção uma intencionalidade/funcionalidade, porém é preciso ter em mente que todo sistema técnico traz a ambivalência da técnica, como afirma Barrientos- Parra (2013) a partir de Jacques Ellul, não se constituindo em algo bom ou mau em si. É o seu uso, confrontado com sua funcionalidade dentro dos sistemas de valores sociais que apontará se a técnica traz mais malefícios ou benefícios à vida das pessoas, ainda que as duas possam acontecer ao mesmo tempo.

À medida que as densidades técnicas e sua complexidade aumentam, há um evidente distanciamento da natureza física de forma geral, sobretudo, nas áreas urbanas. As cidades construídas sob a racionalidade técnica, em sua densidade, magnitude e complexidade, buscam a total racionalização e funcionalidade de seu ambiente. Rios retelinizados, barrados, canalizados, vales aterrados, recortes em vertentes de montanhas, túneis, enfim, diferentes intervenções possibilitadas pelo avanço técnico-científico que mostram o domínio do homem sobre a natureza e sua “superioridade”. Logo, no pensamento ocidental moderno, o ser humano prescinde da natureza, pois pode criar tecnoestruturas mecânicas, artificiais e virtuais adequadas as suas necessidades e controladas por sua engenhosidade. Se a natureza aparece como alguma necessidade nas cidades ela é controlada e racionalizada, de tal forma que se tornou um apêndice da cidade e não o seu contrário. Nesta lógica, valoriza-se aspectos estéticos, funcionais/mercadológicos e, quase nunca o equilíbrio sistêmico da natureza de fato. Na cidade entendida como um

espetáculo, a natureza ganha novas conotações. Pensemos nos jardins, nos bulevares, na “coqueização” dos espaços públicos e privados com grande número de espécies exóticas que, em um dado momento, estão na “moda”. Com padronizações e modelos que se repetem em várias partes do mundo. Neste processo, não seria o ser humano (ser racional) também racionalizado em uma nova razão técnica?

No período do meio técnico-científico-informacional - Santos, (2008) -, cuja técnica é universal, requer-se uma racionalização universal também do ser humano, padronizado sob a razão técnica, usuário do mundo, não criador de seu mundo. Será o ser humano também um apêndice da cidade moderna, usuário limitado de suas estruturas tal qual em uma rede computacional? Não se pode afirmar com certeza se este horizonte ganhará concretude em sua totalidade, no entanto é uma forte projeção para uma cidade futura.

A racionalidade instrumental e a intencionalidade presentes no uso da técnica são coerentes com a reprodução do modo de produção dominante. Mais uma vez considerando-se a ambivalência da técnica, salienta-se que,

Uma crítica à técnica, mesmo que uma técnica específica, é, sempre, uma crítica às intenções nela implicadas e, assim, se introduz uma tensão, uma dubiedade, lá mesmo, onde se acreditava haver uma ação simplesmente racional e unívoca e, por isso, inquestionável. Entretanto, toda técnica, sendo meio, está a serviço de um fim [...] (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 37 – grifos do autor).

Sem negar a técnica e seus importantes avanços qualitativos e quantitativos – o que seria um retrocesso – é importante se discutir a intencionalidade em sua criação, a velocidade de sua expansão pelo mundo e os impactos positivos e negativos em sua adoção. Destes aspectos, deriva-se também toda uma discussão a respeito da produção do espaço urbano, que obviamente, é produzido e reproduzido de acordo com tais princípios ou tendo a adoção técnico-científica como horizonte para sanar diferentes problemas socioterritoriais e ambientais das cidades. Portanto, uma questão válida seria: o avanço técnico-científico dialoga com o direito à cidade e é capaz de proporcionar melhor qualidade de vida para a população cidadina de forma geral?

O direito à cidade no contexto do avanço técnico

O avanço técnico-científico sobre as cidades apresenta uma inexorável força transformadora de suas estruturas alterando suas paisagens e modos de vida da população. A importância da evolução técnica na história das cidades e da vida urbana, não se constitui em um fenômeno da atualidade e sim acompanha todo o processo de desenvolvimento das cidades. Em Mumford (2008) e Palen (1975) são evidentes tais transformações, sendo elas mesmas fontes de novas demandas e recriações, bem como, de transformações políticas, sociais e ambientais. É razoável se supor que todas essas transformações trouxeram melhorias significativas para a vida da população de uma forma geral, em que pese a existência de grupos que vivam em condições de extrema precariedade, vulnerabilidade e são debilmente assistidos nas cidades modernas, inclusive em metrópoles que apresentam grande desenvolvimento técnico-científico.

Não se pode afirmar que hoje somos mais felizes nas cidades do que fomos no passado, mas é inegável que as cidades hoje apresentam muito mais objetos técnicos, equipamentos urbanos e um intrincado e complexo sistema reticular que trazem muito mais amenidades que no passado. A nostalgia com uma cidade do passado, ainda que recente, faz parte de uma consciência quase que coletiva de busca por referências, mas nem sempre de maneira racional. Em alguns contos de Ítalo Calvino (1990), em especial no qual narra a cidade de Maurília, tal questão é evidente. Por outro lado, há de se considerar que se o avanço tecnológico configura-se em uma forte potencialidade de realização de uma vida urbana melhor, ele também está no centro de um turbilhão de problemas característicos das cidades contemporâneas. Um provérbio alemão antigo diz que “o ar da cidade liberta o homem”. Se é possível fazer alguma atualização do adágio, talvez se tivesse que o “ar da cidade intoxica”. Em uma dupla acepção da sentença: intoxica o corpo com seus poluentes e a mente com sua dinâmica alienante e estressante. A cidade pode ser libertadora, mas também pode ser opressora, do corpo e da própria mente humana. A dimensão técnico-científica e seus rápidos avanços são um dos pilares dessas discussões e é imprescindível para a compreensão da qualidade de vida urbana e o direito à cidade.

Jacobs (2000) ao se deparar com o processo de suburbanização das grandes cidades estadunidenses e o conseqüente declínio da vida urbana, entendida fundamentalmente como a ocupação das ruas das cidades, mostrou

grande preocupação com a dimensão humana no processo de produção e reprodução das cidades. O esvaziamento dos espaços públicos, a retração dos contatos e da mistura social, a escalada da violência e indiferença com a cidade, são características impactantes nesta nova configuração urbana. Fazendo um salto temporal de meio século e observando as cidades brasileiras e seu profundo processo de construção de condomínios, primeiro para os ricos e classe média alta e, posteriormente, para a classe média, constata-se que, apesar de todas as diferenças estruturais e sociais, as preocupações de Jacobs (2000) também se materializam nas cidades brasileiras. É evidente a fragmentação do espaço urbano, o espraiamento das cidades com condomínios de luxo em áreas distantes das regiões centrais, os esvaziamentos dos espaços públicos, entre outros fatores que impactam de forma negativa as cidades. Quando Lefebvre (2001) discute o direito à cidade, uma de suas críticas volta-se a lógica instrumental que toma conta da produção das cidades, com a gradativa retração da dimensão humana em sua produção. Para o autor supracitado, o direito à cidade constitui-se em o “direito à vida urbana, transformada, renovada [...] que, ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível (p. 118 – grifos do autor). Dando destaque ao valor de uso da cidade e de seus espaços para a prática cotidiana das relações humanas, o autor defende que a cidade entendida como mercadoria, maximizando seu valor de troca, provoca o empobrecimento da vida urbana. Unindo-se a Lefebvre, Harvey (2014) também remete aos estritos interesses econômicos (capitalistas) na produção das cidades, como fator de geração de problemas socioterritoriais e fraturas sociais nos espaços urbanos. Sendo a cidade um espaço de absorção e produção de excedentes do capital, o direito à cidade, para Harvey (2014), deveria refletir o controle da população sobre a produção desses excedentes e sua alocação nas cidades. É evidente a crítica ao modo de produção capitalista em sua vertente neoliberal sobre o sentido dado à produção das cidades e, obviamente, aos estilos de vida praticados nos espaços urbanos.

A cidade como um produto de mercado está sujeita a múltiplos interesses e atores os mais distintos, não apenas no local, mas, sobretudo, aqueles que atuam em escala global. Das pressões para expansão da mancha urbana e ocupação de áreas que deveriam ser protegidas até desregulamentações e projetos de revitalização, passando por modelos padronizados de urbanização “gourmetizados”, a produção do espaço urbano, apresenta uma grande tensão e, como os autores supracitados evidenciam, os interesses econômicos têm saído

“vitoriosos” neste embate. O que se coloca como urgente para as cidades é justamente uma guinada para a dimensão humana na produção do espaço urbano.

Ao tratar da necessária incorporação da dimensão humana no planejamento urbano, Gehl (2015) elenca algumas subdimensões para sua concretização. Para o autor, deveriam aparecer como objetivos fundamentais no planejamento para valorização da dimensão humana, o pensamento sobre uma cidade: viva; segura; sustentável e saudável. Como cidade viva, Gehl defende a importância das pessoas estarem nos espaços das cidades. Para tanto, as cidades precisam ser convidativas para caminhadas, uso de bicicletas e possuir espaços favoráveis à permanência, com variedade de funções públicas e atrativos para as pessoas. De alguma forma, estas características favorecem a segurança nas cidades, já que como apresenta Jacobs (2000), ruas pulsantes e com mais pessoas, tendem à segurança, pois há mais “olhos” para vigiá-la. Seguindo este mesmo sentido de ocupar os espaços públicos, valorizar o pedestre e o ciclista, Gehl (2015) trata da cidade sustentável e saudável a partir de sua capacidade em proporcionar e estimular o seu uso e o deslocamento através de formas sustentáveis e que possam promover o bem-estar para a população. Ainda que esta discussão a respeito da dimensão humana no planejamento das cidades não estabeleça uma crítica profunda ao modo de produção capitalista e suas formas de impactos socioterritoriais nas cidades, tal debate mostra-se fundamental como balizador do planejamento urbano no que consiste em dimensionar as ações tendo como principal perspectiva a qualidade de vida urbana.

Neste campo, o avanço técnico-científico tem um papel relevante. Possibilidades trazidas pelos avanços das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) no sentido de articular pessoas, novas tecnologias de transporte coletivo, facilidades no acesso às ações dos governos e a maior interconexão entre as pessoas figuram como possibilidades de alavancar o uso dos espaços físicos utilizando-se das estruturas dos espaços virtuais. Aqui não se coloca a discussão sobre cidades digitais e cidades inteligentes, mas do uso das redes, cada vez mais complexas e articuladas no processo de produzir e ocupar as cidades. Com sinais de comunicação cada vez mais velozes e áreas de coberturas cada vez mais amplas, somadas ao acesso quase que universalizado dos aparelhos de telefonia celular aptos a operar os mais diversos aplicativos, as TIC's de uso pessoal constituem em realidade concreta nas cidades, transformadoras dos usos dos espaços. Tais tecnologias, ainda de maneira modesta, apresentam um forte embrião para participação de maneira mais ativa nas políticas públicas, diálogos com os governos e na gestão da cidade. Apesar

dos entraves e dos fortes interesses econômicos no espaço urbano, há a possibilidade de um contraponto inclinado à dimensão humana no processo de produzir as cidades, a partir do avanço da tecnologia. Não se trata de querer curar o mal com o próprio veneno, uma vez que a tecnologia é a ferramenta (poderosa), mas a articulação é sempre política e social. O direito à cidade como uma forma de viver a cidade de maneira completa, se apropriando dos espaços públicos, fortalecendo espaços de convivência e a população encontrando canais e espaços participativos nas decisões sobre a produção e o planejamento de suas estruturas tem, nas novas tecnologias, um importante meio para a inserção de uma dimensão humana no centro das pautas sobre o planejamento das cidades.

Considerações finais

Ao se observar as cidades, não há dúvidas que a técnica marca a paisagem, formando uma paisagem tecnificada, subjugando os elementos naturais e impondo sua racionalidade. De arranha-céus a torres de transmissão de dados, de viadutos a rios retinizados, tudo denota a técnica e a intencionalidade na criação do objeto. Tão importante quanto o visível, o invisível também marca a vida urbana, com os fluxos imateriais, as redes e as transmissões de dados que se formam e toda uma atmosfera digital que envolve as cidades. O grau de sofisticação e complexidade atingidos pela técnica nas cidades, retroalimentam seu próprio desenvolvimento e apontam para uma cidade ainda mais tecnificada. Novos projetos arquitetônicos, sistemas inteligentes, materiais versáteis e facilmente recicláveis, construções que possam ser híbridas de técnica, natureza e informação, entre diversas outras invenções são a tônica de um novo urbano mais racional e sustentável, no qual, de fato a ciência e a tecnologia possuem um papel primordial. Novo no corpo, na casa, nos objetos, nas empresas, na administração do espaço público, na produção da cidade.

Pensando na produção das cidades e nas articulações políticas em seu processo, o discurso sobre a qualidade de vida é constantemente evocado e ações nos planos políticos e econômicos são legitimados junto à opinião pública, inclusive justificando os investimentos públicos na implementação de novas tecnologias no espaço urbano. É importante salientar que trata-se de uma sociedade urbana capitalista, portanto mostra-se certo que a racionalidade instrumental vem em primeiro plano e os desafios postos e as maneiras de

enfrentá-los são coerentes com o momento histórico vivido e as estruturas existentes. Assim os desafios de alavancar a qualidade de vida, enfrentar as mudanças climáticas, dar fluidez ao espaço, buscar matrizes energéticas alternativas, tudo se desdobra no sentido de tornar a cidade mais competitiva. Se como destaca Harvey (2005), a cidade passou do administrativo para o empreendedorismo no último quarto do século XX, neste século XXI esse empreendedorismo vem recheado de novas coerções como a sustentabilidade, a criatividade e sistemas de inteligência artificial. Não sem propósito tem-se discutido tanto sobre cidades sustentáveis, cidades criativas e cidades inteligentes.

Uma questão central que deve ser debatida vincula-se à como todo este processo de modernização da cidade, via avanço técnico-científico, pode trazer maiores possibilidades de uma vivência mais rica e intensa das cidades e não fortalecer a fragmentação, o esgarçamento social e a impessoalidade nos espaços públicos das cidades. À medida que esses sistemas técnicos tornam-se cada vez mais especializados, complexos e capilarizados, o ser humano tende a perder sua autonomia e liberdade diante de suas invenções, logo sua fragilidade e alienação são reforçadas. É evidente que inúmeros desafios se colocam para as cidades hodiernas e o conhecimento técnico-científico pode e deve fazer parte da solução desses problemas. Contudo, não se pode ignorar os conflitos sociais, as tensões e demandas que surgem das relações sociais. Projetar uma cidade, fundamentando-se na dimensão humana, no direito à cidade, cuja vida urbana possa ser pulsante, os espaços públicos possam ser vividos para além de sua funcionalidade instrumental e econômica, não se constitui em uma perspectiva antagônica ao avanço técnico nas cidades. Antes, a técnica pode ser uma ferramenta importante neste sentido, sobretudo quando articuladora de pessoas, quando vincula os espaços virtuais com os espaços concretos, aumenta a transparência nas gestões públicas, possibilita maior participação nas decisões e políticas públicas urbanas e, certamente naquilo que tem sido uma de suas tônicas, buscando otimizar os deslocamentos e o uso energético nas cidades.

Encerrando as considerações em torno da temática, reitera-se um ponto que perpassou todo o artigo: a técnica apresenta potencialidades de fortalecimento da apropriação dos espaços urbanos pelo cidadão, no entanto, isso vai depender das formas que ela for incorporada pela sociedade e poder público, em constante e intenso diálogo entre si e também com o mercado. O futuro das cidades não deve se apresentar como um quadro tenebroso de controle das máquinas sobre o humano, mas sim vivo, salpicado aqui e ali com um tom esverdeado da natureza e, esperançosamente, menos mecanizada – nas ações e

sentido – e mais humanizada nas relações sociais e políticas para a realização humana.

Referências

- BARRIENTOS-PARRA, J.; MELO, E.C.V.B. O monitoramento do indivíduo na sociedade técnica. **Anais. I Seminário Brasileiro sobre pensamento de Jacques Ellul: novos atores globais, técnica e direito: um diálogo com Jacques Ellul.** Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2009, p. 43-72.
- BARRIENTOS-PARRA, J. A técnica como desafio do século XXI. In: BARRIENTOS-PARRA, J; MATOS, M.V.A.B. (Orgs.) **Direito, técnica e imagem: os limites e os fundamentos do humano.** São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora Unesp, 2013. p.241-254.
- CALVINO, I. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2015.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 2009.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PALEN, J. J. **O mundo urbano.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2008.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Between the technical rationality and the right to the city: walking on hard way

ABSTRACT

The urban space, written by a historical process of unequal production,

materialize social demerged cities, fragmented structure, unsustainable and promotes the quality of life below it could does. If one way, the urban problems are notorious and it results to atrophy of right to the city, on another way, the cities became more complex and the techno-science expands on the cities and reach to more simple action in the daily urban life. Considering these two fundamental points, this paper establishes thoughts about the inexorable technical process on the cities and its relation with the right to the city. From the bibliographic references, which make possible articulate these two themes, the paper considers that the technological advances, despite the problems about control of the citizen's daily life, is an important tools and has the potentiality of aid to right to the city realized.

Keywords: Right to the City, technical rationality, Urban Planning, Urban Space.